

PARECER TÉCNICO Nº 22/GEAS/GGRAS/DIPRO/2019

COBERTURA: MONITORIZAÇÃO NEUROFISIOLÓGICA INTRAOPERATÓRIA (INCLUI MONITORIZAÇÃO ELETRONEUROMIOGRÁFICA INTRAOPERATÓRIA)

O Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, atualmente regulamentado pela RN nº 428/2017, constitui a referência básica para os fins da cobertura assistencial disposta na Lei nº 9.656/1998.

O referido normativo está em vigor desde 02/01/2018 e se aplica aos planos privados de assistência à saúde comercializados a partir de 02/01/1999 e aos planos antigos adaptados (planos adquiridos antes de 02/01/1999, mas que foram ajustados aos regramentos legais, conforme o art. 35 da Lei nº 9.656/1998), respeitando-se, em todos os casos, as segmentações assistenciais contratadas.

O procedimento MONITORIZAÇÃO NEUROFISIOLÓGICA INTRAOPERATÓRIA consta listado no Anexo I da RN nº 428/2017 - Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, e deve ser obrigatoriamente coberto por planos de segmentação hospitalar (com ou sem obstetrícia) e por planos-referência, conforme indicação do médico assistente.

Assim, respeitadas as segmentações contratadas, o referido procedimento deve ser coberto pelos planos novos e pelos planos antigos adaptados.

Vale ressaltar que o procedimento citado acima contempla o procedimento **Monitorização Eletroneuromiográfica Intraoperatória**, o qual tem igualmente cobertura obrigatória por aqueles planos de saúde.

Por fim, é relevante salientar que, no caso de planos antigos não adaptados (planos contratados até 01/01/1999 e não ajustados à Lei nº 9.656/1998, nos termos de seu art. 35), a cobertura ao procedimento em análise somente será devida caso haja previsão nesse sentido no respectivo instrumento contratual.

Gerência de Assistência à Saúde – GEAS
Gerência-Geral de Regulação Assistencial – GGRAS
Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO
Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS